



AVALIAÇÃO UNIFICADA

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- Você está recebendo o CADERNO DE QUESTÕES e a FOLHA DE RESPOSTA.
- Para cada questão há somente uma alternativa correta. Assinale na folha de respostas a alternativa que julgar correta.
- Não é permitido nenhum tipo de consulta, incluindo Calculadoras e Códigos Jurídicos.
- O cartão de resposta não será substituído em hipótese alguma.
- Término da prova: **21h**
- Tempo mínimo para entrega da prova: 40 min.

CURSO/PERÍODO

DIREITO - 8º PERÍODO - DATA: 20/09/2023

GABARITO RASCUNHO

01	A	B	C	D
02	A	B	C	D
03	A	B	C	D
04	A	B	C	D
05	A	B	C	D
06	A	B	C	D
07	A	B	C	D
08	A	B	C	D
09	A	B	C	D
10	A	B	C	D
11	A	B	C	D
12	A	B	C	D
13	A	B	C	D
14	A	B	C	D
15	A	B	C	D
16	A	B	C	D
17	A	B	C	D
18	A	B	C	D
19	A	B	C	D
20	A	B	C	D
21	A	B	C	D
22	A	B	C	D
23	A	B	C	D
24	A	B	C	D
25	A	B	C	D
26	A	B	C	D
27	A	B	C	D
28	A	B	C	D
29	A	B	C	D
30	A	B	C	D

**Vá firme na direção das suas metas. Porque o pensamento cria,
o desejo atrai e a fé realiza.**

Boa Prova!

Disciplina: Direito das Coisas II
Professor: Ronaldo Carvalho Silva Filho

Questão 01

“Amarildo, vendedor profissional de veículos, vendeu um automóvel usado a Reinaldo, pelo valor de R\$ 20.000,00. Como Reinaldo não tinha a totalidade do preço, celebrou contrato com o ‘Banco BZ’, que emprestou-lhe o valor de R\$ 10.000,00 para a quitação do veículo com Amarildo. No contrato com a instituição financeira foi instituída alienação fiduciária em garantia do pagamento do empréstimo e dos juros, que foi dividido em 20 parcelas de R\$ 600,00.” A partir da situação descrita e considerando-se a legislação civil em vigor, assinale a alternativa correta.

- É lícita a cláusula que autoriza o Banco BZ a ficar com a coisa alienada em garantia, se a dívida não for paga no vencimento.
- Com a constituição da propriedade fiduciária dá-se o desdobramento da posse, tornando-se Reinaldo o possuidor indireto da coisa.
- Para que seja constituída a propriedade fiduciária, é necessário o registro do contrato junto ao cartório de notas do domicílio de Reinaldo.
- O contrato celebrado por Reinaldo com o Banco BZ transfere a propriedade resolúvel do automóvel para a instituição financeira, com o escopo de garantir o pagamento do valor mutuado.

Questão 02

A multipropriedade é um instituto trazido em nosso ordenamento jurídico pela lei n. 13.777/2018, de forma supletiva e subsidiária ao Código Civil brasileiro. É um regime de condôminos em que cada titular é proprietário de um imóvel por uma fração de tempo predefinida, de forma alternada. Aos proprietários é facultado o uso e gozo, exclusivo, da propriedade em sua totalidade. Quanto ao instituto, sabe-se que:

- pela natureza da faculdade do uso poderá haver extinção se todas as frações de tempo forem do mesmo proprietário.
- pela natureza indivisível não cabe a mesma aplicação ao mobiliário, equipamentos ou instalações.
- pela natureza da faculdade do uso não há estipulação mínima ou máxima da fração de tempo.
- pela natureza indivisível aos proprietários não cabe a extinção do condomínio ou ação de divisão.

Questão 03

Alexandre, pai de Bruno, celebrou contrato com Carlos, o qual lhe concedeu o direito de superfície para realizar construção de um albergue em seu terreno e explorá-lo por 10 anos, mediante o pagamento da quantia de R\$100.000,00. Passados quatro anos, Alexandre veio a falecer. Diante do negócio jurídico celebrado, assinale a afirmativa INCORRETA.

- O superficiário pode realizar obra no subsolo, de modo a ampliar sua atividade.
- O superficiário responde pelos encargos e tributos que incidirem sobre o imóvel.
- O direito de superfície será transferido a Bruno, em razão da morte de Alexandre.
- O superficiário terá direito de preferência, caso Carlos decida vender o imóvel.

Questão 04

Assinale a alternativa correta dentre as afirmações abaixo, tendo em consideração as disposições do Código Civil vigente a respeito da propriedade fiduciária.

- Se a dívida não for paga no vencimento, o devedor tem a faculdade, como depositário, de entregar a coisa ao credor.
- Impaga a dívida no vencimento, é válida a cláusula contratual que faculta ao proprietário fiduciário, por decisão unilateral, ficar com a coisa alienada em garantia.
- Vencida e não paga a dívida, vendida a coisa alienada pelo credor fiduciário e sendo insuficiente o produto daí resultante para saldar a dívida e as despesas de cobrança, o devedor continuará obrigado pelo restante.
- O devedor pode, com a anuência do credor, dar seu direito eventual à coisa em pagamento da dívida, somente antes do vencimento desta.

Questão 05

Na alienação fiduciária, o I tem a II de um bem móvel, podendo utilizá-lo às suas expensas e risco, na qualidade de depositário. Preenchem correta e respectivamente as lacunas I e II acima:

- a) credor – posse
- b) mutuário – propriedade
- c) credor – propriedade
- d) devedor - posse

Disciplina: Direito Processual Civil IV Professora: Roberta Favalessa Donini

Questão 06

Pedro, motorista taxi, estava voltando para casa após um dia de trabalho quando, aguardando o semáforo ficar verde, teve seu veículo atingido por Josué. Após frustradas as tentativas amigáveis de solucionar o caso, Pedro propôs ação de reparação de danos em face de Josué exigindo o pagamento dos danos materiais e morais. Em primeira instância, a ação foi julgada parcialmente procedente, condenando Josué apenas ao pagamento dos danos materiais. Diante da situação hipotética, tendo em vista que ainda não transcorreu o prazo para apresentação do recurso de apelação, bem como inexistente qualquer omissão, contradição ou obscuridade na decisão, é correto afirmar que:

- A) Josué pode apresentar renúncia ao direito de recorrer desde que mediante aceitação de Pedro.
- B) caso Josué aceite tacitamente a decisão e pague os danos materiais, ainda assim poderá apresentar apelação.
- C) Caso Josué interponha apelação, o recurso adesivo apresentado por Caio não será conhecido se houver desistência do recurso apresentado por Josué.
- D) caso Josué decida recorrer, ele poderá desistir do recurso a qualquer tempo, desde que mediante anuência de Pedro.

Questão 07

Sobre os Embargos de Declaração, assinale a alternativa CORRETA de acordo com o Código de Processo Civil.

- A) Não são considerados recurso porque não são julgados por órgão distinto do prolator da decisão atacada.
- B) Impossibilitam a alteração da sentença após a sua publicação.
- C) O prazo de oposição no caso dos litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, é de 15 dias úteis.
- D) O prazo de oposição e de julgamento é de 5 dias úteis.

Questão 08

Júlia promoveu ação judicial indenizatória em face dos pais de Antônio, absolutamente incapaz, pelos danos causados por Antônio. Durante a audiência de instrução e julgamento, com a presença de todos os advogados das partes, o juiz de direito proferiu sentença julgando improcedente o pedido de dano moral e condenando o pai de Antônio ao pagamento de dano material. No que tange à mãe de Antônio, todos os pedidos da autora foram julgados improcedentes.

Em relação ao tema recursos, assinale a afirmativa correta.

- A) Caso Júlia não ingresse com a apelação, mas o pai de Antônio o faça, ela poderá utilizar do recurso adesivo.
- B) Somente o pai de Antônio tem legitimidade para a interposição de recurso.
- C) Na situação narrada, Júlia poderá promover agravo de instrumento com intuito de ser reconhecido o dano moral.
- D) O Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica, nunca poderá promover recurso na situação narrada.

Questão 09

A sociedade Limitada ABC ajuizou demanda cível em relação ao Município de Uruguaiana/RS, recebendo sentença de improcedência do pedido. A parte vencida interpôs recurso de apelação, mas realizou preparo insuficiente. O juiz deverá:

- A) Aplicar a pena de deserção do recurso.
- B) Intimar a recorrente na pessoa de seu advogado para complementar o preparo no prazo de 5 dias.
- C) Intimar a recorrente na pessoa de seu advogado para complementar o preparo no prazo de 15 dias.
- D) Julgar prejudicado o recurso por ausência de pressuposto recursal.

Disciplina: Direito Processual Penal II

Professor: André de Paula Viana

Questão 10

Antônio, de 25 anos, está sendo processado pelo delito de furto praticado contra João, seu irmão gêmeo. Diante disso,

- a) mesmo depois de oferecida a denúncia, se a pedido de João, o Ministério Público pode desistir da ação;
- b) o número máximo de testemunhas a serem arroladas na denúncia é 5;
- c) o Ministério Público não pode oferecer denúncia sem representação de João;
- d) o número máximo de testemunhas a serem arroladas na queixa é 5;

Questão 11

É princípio aplicável à ação penal de iniciativa privada:

- a) divisibilidade;
- b) indisponibilidade;
- c) oportunidade;
- d) transcendência.

Questão 12

Acerca da ação penal, suas características, espécies e condições, assinale a opção correta:

- a) a preempção incide tanto na ação penal privada exclusiva quanto na ação penal privada subsidiária da ação penal pública;
- b) os prazos prescricionais e decadenciais incidem de igual forma tanto na ação penal pública condicionada à representação do ofendido quanto na ação penal pública condicionada à representação do ministro da Justiça;
- c) de regra, não há necessidade de a queixa-crime ser proposta por advogado dotado de poderes específicos para tal fim, em homenagem ao princípio do devido processo legal;
- d) é concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do MP, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

Questão 13

Sobre ação penal é correto afirmar que:

- a) a ação penal privada, em certos casos é personalíssima, só podendo o delegado de polícia instaurar inquérito, exclusivamente, no caso de requerimento do próprio ofendido;
- b) na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a preempção;
- c) quanto ao exercício, classifica-se em pública incondicionada, condicionada a representação do ofendido ou a resolução do Ministério da Justiça;
- d) na ação penal privada o querelante tem legitimidade ordinária;

Disciplina: Direito Individual do Trabalho
Professor: Christiano Francisco da Silva Vitagliano

Questão 14

Há uma seara do Direito do Trabalho que estuda os princípios e as normas que regulam as relações laborais e as atividades dos trabalhadores enquanto grupo organizado, membros de uma coletividade que tem personalidade jurídica própria e autonomia perante os empresários e o Estado:

Quanto ao enunciado está se tratando do:

- a) Direito social
- b) Direito corporativo
- c) Direito Industrial
- d) Direito Coletivo do Trabalho

Questão 15

Há um ramo do Direito que se conceitua como o conjunto de princípios, normas e instituições que regem a atividade da Justiça do Trabalho, com o objetivo de dar efetividade à legislação trabalhista e social, assegurar o acesso do trabalhador à Justiça e dirimir, com justiça, o conflito trabalhista.

Quanto a divisão da matéria direito do trabalho assinale a alternativa pertinente e mais específica :

- a) Trata-se de Direito Internacional do Trabalho
- b) Trata-se de Direito Penal do Trabalho
- c) Trata-se de Direito Coletivo do Trabalho
- d) Trata-se do Direito Processual do Trabalho

Questão 16

São movimentos que referem aos fatores sociais, econômicos, políticos, filosóficos e históricos que deram origem ao Direito, influenciando na criação das normas jurídicas, objeto de estudo da Sociologia Jurídica e suas especializações.

Neste contexto assinale a correta:

- a) Tratam-se de fonte material e formal
- b) Trata-se de fonte formal
- c) Trata-se de fonte material
- d) Trata-se de fonte mista

Questão 17

São fontes que surgem em decorrência da participação direta dos agentes sociais, como por exemplo, os instrumentos coletivos e os costumes.

Assinale a alternativa correta

- a) Trata-se de fonte formal autônoma
- b) Tratam-se de fonte material e formal
- c) Trata-se de fonte material
- d) Trata-se de fonte formal heterônoma

Questão 18

Assinale a alternativa correta quanto à matéria fonte:

- a) No caso de hierarquia das fontes formais heterônomas sempre em havendo conflito, prevalece a norma mais favorável ao trabalhador.
- b) Na hipótese de conflito entre acordo coletivo e convenção coletiva se o princípio da generalidade.
- c) Predomina em nosso ordenamento jurídico a teoria do conglobamento mitigado para os conflitos entre leis domésticas (internas).
- d) No caso de rodízio de prestação de serviços de brasileiro contratado no Brasil para prestar serviço em vários países do exterior, prevalece o entendimento doutrinário de que será aplicada a legislação do país em que se situa a matriz da empresa a que está subordinado o empregado, e na falta desse parâmetro, lei do país onde está situada a sede da empresa.

Disciplina: Mediação, Conciliação e Arbitragem Professor: Mário César Martins de Miranda

Questão 19

É incorreto afirmar sobre o mediador:

- a) é um terceiro independente e imparcial que aproxima e facilita a comunicação das partes, para que estas solucionem suas divergências.
- b) O mediador cria um ambiente colaborativo, para que as partes construam seus acordos.
- c) Antes da aceitação da nomeação, é dever do mediador certificar-se de que possui a experiência e as competências suficientes para conduzir a mediação.
- d) é um terceiro, que conduz e orienta as partes na elaboração do acordo, opinando e propondo soluções.

Questão 20

Leia os itens seguintes:

I- A busca pela solução consensual dos conflitos é direito das partes e dever exclusivo do magistrado, não havendo obrigação ao Estado para que promova, quando possível, a solução consensual de conflitos.

II- O estímulo à solução consensual dos conflitos pode ser feito no processo já em curso.

III- O Código de Processo Civil prevê taxativamente os métodos de solução consensual de conflitos.

IV- A arbitragem não pode ser considerada um método autocompositivo de solução de conflitos.

Estão corretos:

- a) apenas os itens I e III.
- b) apenas os itens II e IV.
- c) apenas os itens I, II e III.
- d) apenas os itens II, III e IV.

Questão 21

Sobre a resolução 125 do CNJ das responsabilidades e sanções do conciliador/mediador, é incorreto afirmar:

- a) poderão exercer suas funções perante o Poder Judiciário conciliadores e mediadores devidamente capacitados e cadastrados pelos Tribunais.
- b) Aplicam-se aos conciliadores/mediadores os motivos de impedimento e suspeição dos juízes.
- c) O conciliador ou mediador não está impedido de prestar serviços profissionais, de qualquer natureza, aos envolvidos em processo de conciliação/mediação sob sua condução.
- d) a condenação definitiva em processo criminal, resultará na exclusão do conciliador/mediador do respectivo cadastro e no impedimento para atuar nesta função.

Questão 22

Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta:

I – O procedimento de mediação não poderá ser interrompido ou finalizado a qualquer momento, por decisão das partes ou mediador.

II – Estão impedidos de funcionar como conciliador ou mediador as pessoas que tenham, com as partes ou com o litígio que lhes for submetido, algumas das relações que caracterizam os casos de impedimento ou suspeição de juízes, aplicando-se lhes, no que couber, os mesmos deveres e responsabilidades, conforme previsto no Código de Processo Civil.

III - Qualquer pessoa que venha a ter conhecimento de conduta inadequada por parte do conciliador/mediador poderá representar ao Juiz Coordenador a fim de que sejam adotadas as providências.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) Apenas as assertivas I e II estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e III estão corretas.
- d) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.